

Reações Internacionais à Revolução Liberal Portuguesa na Imprensa Vintista (1820-1823)

Diogo Domingues

diogus.domingues@sapo.pt

Resumo

A 24 de agosto de 1820, um pronunciamento militar, ocorrido na cidade do Porto, derruba os alicerces do Antigo Regime em Portugal, abrindo caminho para a implantação do liberalismo no extremo ocidental do território europeu.

A revolução liberal portuguesa suscitou, logo desde os seus momentos iniciais, as mais distintas reações estrangeiras, que oscilaram entre a simpatia pela causa revolucionária, assumidamente liberal, ainda que defensora da monarquia e do catolicismo, e a condenação do movimento iniciado na cidade Invicta, aproximando-o dos ideais veiculados pela Revolução Francesa, num momento em que a maioria dos governos europeus parecia unânime em condenar a situação política que dela resultara.

Este capítulo pretende, nesta medida, estudar de forma um pouco mais aprofundada a natureza destas mesmas reações internacionais, bem como as suas manifestações e os seus efeitos para a condução da política interna e externa do reino português, recorrendo para tal a alguns títulos da imprensa nacional do período compreendido entre a revolução vintista e o golpe militar da Vila-Francada, na primavera de 1823, o qual acaba por ditar o colapso do primeiro regime liberal da história da nação portuguesa.

Palavras-chave: revolução liberal, vintismo, política externa portuguesa, imprensa.

Abstract

On August 24 1820, a military pronouncement, occurred in the city of Porto, drops the foundations of the Old Regime in Portugal, opening the way for the implantation of liberalism at the western end of the european territory.

The Portuguese liberal revolution has aroused, soon its inicial moments, the most distinct foreign reactions, which oscillated between sympathy for the revolutionary cause, admittedly liberal, even though advocate of the monarchy and Catholicism, and the condemnation of the movement initiated in the Invicta city, approaching it from the ideals conveyed by the French Revolution, at a time when most European governments seemed unanimous in condemning the political situation that it resulted in.

This chapter intends to study in a somewhat more profound way the nature of these same international reactions as well as its manifestations and its effects for the conduct of the internal and external policy of the portuguese kingdom, resorting to some national press titles of the period

between the revolution of 1820 and the military coup of Vila-Francada, in the Spring of 1823, which ends up dictating the collapse of the first liberal regime in the history of portuguese nation.

Keywords: liberal revolution, vintismo, portuguese foreign policy, press.

Introdução

O tema do presente capítulo incide na análise das principais reações internacionais à revolução liberal portuguesa através das notícias publicadas em quatro periódicos nacionais no período compreendido entre agosto de 1820 e agosto de 1823.

Na verdade, o objeto de estudo acima referido, por se inserir no âmbito das relações diplomáticas portuguesas, tem sido alvo de atenção por parte de alguns autores, que sobre ele têm vindo a realizar algumas investigações com particular interesse para a valorização do conhecimento em relação a este assunto. Todavia, estas mesmas investigações tendem a focar-se quase exclusivamente no plano diplomático, isto é, nas relações entre o governo português e os gabinetes estrangeiros durante o designado primeiro liberalismo, sendo raro, senão mesmo inexistente, um trabalho que procure conjugar esses aspetos com a imagem veiculada pela imprensa vintista no que concerne ao impacto internacional obtido pela revolução de 1820 e à consequente implantação de um regime constitucional em solo luso.

Por conseguinte, torna-se especialmente relevante conseguir uma correta articulação entre os conteúdos já publicados em diversas obras sobre esta temática e a informação recolhida através da análise de alguns periódicos vintistas, de maneira a ser possível obter uma visão mais ampla a respeito das reações estrangeiras ao movimento de implantação do liberalismo em Portugal, no período correspondente ao triénio de 1820-1823. No entanto, este procedimento só pode obter resultados satisfatórios se previamente se tiver em conta o estado da arte, ou seja, o conjunto de trabalhos que contribuem de forma inequívoca para o aprofundamento de uma determinada série de questões de investigação inicialmente definidas.

O elenco da bibliografia essencial para o desenvolvimento do tema que estudamos deve, pois, ser efetuado de acordo com a importância de cada obra para o progresso da presente investigação. Antes de continuarmos, importa, porém, salientar que os trabalhos publicados até ao momento nesta área não são particularmente abundantes, ora porque tecem poucas considerações relativamente às repercussões externas dos acontecimentos políticos ocorridos no interior das fronteiras nacionais na cronologia que anteriormente apontámos, ora porque, ainda que tratando os aspetos fundamentais das relações diplomáticas de Portugal, não incidem preferencialmente no

triénio que corresponde à primeira experiência liberal realizada no espaço continental português.

Assim sendo, começamos por mencionar o ensaio desenvolvido por António Viana, que se debruça sobre a diplomacia lusa na centúria de oitocentos¹. De todas as obras a que nos reportaremos ao longo deste relatório, esta é decerto a mais antiga, dado ter sido publicada na aurora do século XX. Contudo, é também aquela que mais informações veicula no que se refere às relações entre o governo português e as principais potências estrangeiras nos anos que se seguem à revolução liberal de 1820. De seguida, podemos considerar a monografia assinada por Pedro Soares Martínez, dedicada à apresentação dos principais momentos que compõe a história da política externa nacional². Apesar de abordar questões relativas às várias épocas históricas e, portanto, de não se centrar unicamente no período abrangido pela nossa investigação, esta obra sistematiza as informações fulcrais que dizem respeito ao entendimento de Portugal com algumas das nações europeias nas primeiras décadas de oitocentos, pelo que se torna indispensável para o desenvolvimento da nossa investigação. Por último, importa apresentar a monografia assinada por Tiago Moreira de Sá, que se foca na história das relações entre Portugal e os Estados Unidos da América, desde finais do século XVIII até à atualidade³. À semelhança do que constatamos em relação à obra de Soares Martínez, também esta aborda um assunto cronologicamente vasto, pelo que apenas nos devemos fixar nas páginas relativas às relações diplomáticas entre as duas nações no período correspondente ao nosso estudo. De facto, ainda que bastante concisa na divulgação de informações respeitantes aos contactos estabelecidos entre Portugal e os EUA no triénio que analisamos, esta obra revela-se crucial para a construção do nosso trabalho, na medida em que nos transmite o conhecimento essencial acerca de uma realidade modestamente retratada pelas fontes que selecionámos.

No que diz respeito ao estado da arte, convém ainda referir que existem outros títulos, embora pouco numerosos, relativos ao tema que serve de base ao estudo aqui desenvolvido, mas cuja menção pode ser dispensada devido ao facto de apresentarem um nível de aprofundamento dos conteúdos igual ou inferior aos que aqui apontamos e, por esse meio, não acrescentarem informações cruciais para o progresso desta investigação.

¹ VIANA, António – *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I.

² MARTÍNEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986.

³ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4.

A evolução do trabalho de pesquisa aqui explanado obedece, como não poderia deixar de ser, a um conjunto de problemáticas que têm como principal objetivo a clarificação de alguns aspetos inerentes ao próprio tema. Por esta via, ao longo deste capítulo, procuraremos dar resposta às seguintes questões: Que postura adota o regime constitucional espanhol face à nova ordem política nacional? Como assistiu a Inglaterra à instauração de um modelo governativo de cariz liberal em terras lusas? De que forma é o liberalismo português encarado pela restaurada monarquia francesa? Que reação esboçam a Áustria, a Prússia e a Rússia, membros constituintes da Santa Aliança, perante a viragem política operada no reino mais ocidental do continente europeu, a partir do verão de 1820? Que perspetivas tem o governo dos Estados Unidos da América em relação aos acontecimentos que desencadeiam a alteração do paradigma político em Portugal no triénio 1820-1823? Qual o impacto internacional do golpe contrarrevolucionário da Vila-Francada, que põe termo à primeira experiência liberal levada a cabo em solo nacional? Com isto, julgamos ser capazes de efetuar uma nova leitura dos acontecimentos, sem nos deixarmos iludir pela possibilidade de descobertas inéditas, mas antes orientando-nos no sentido de procurar entender melhor a forma como a revolução portuguesa de 1820 foi acolhida tanto pelas monarquias europeias como pela jovem república dos Estados Unidos da América.

O corpo documental que sustenta a elaboração do estudo aqui apresentado é composto por quatro periódicos portugueses do período acima delimitado. Três destes periódicos foram publicados no Porto e o outro em Lisboa, tendo a característica comum de circularem seis dias por semana, não havendo por isso tiragem ao domingo, e de simpatizarem com a ordem política que emana da revolução de 24 de agosto.

A apresentação sumária dos jornais analisados deve ser feita começando por aquele que contém informações mais importantes para o nosso trabalho. Este estatuto pertence, pois, ao *Correio do Porto*, um periódico que, como o próprio título indica, circulou na cidade Invicta entre 27 de setembro de 1820, substituindo então o jornal *Regeneração de Portugal*, a que nos reportaremos num momento posterior, e 7 de maio de 1834⁴. Porém, tal como já tivemos oportunidade de indicar, o nosso estudo apenas contempla os números publicados entre o início da circulação deste periódico e o dia 31 de agosto de 1823, cerca de três anos depois da revolução liberal, numa altura em que, na sequência do golpe da Vila-Francada, liderado pelo infante D. Miguel em fins de maio, a situação política portuguesa se havia alterado visivelmente, tendo o regime evoluído para uma corrente mais moderada do liberalismo, a qual viria a impedir a

⁴ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nºs 1-107, 27 de setembro de 1820 - 7 de maio de 1834.

continuidade da primeira experiência constitucional em terras portuguesas⁵. O *Correio do Porto* era, com efeito, um dos jornais de destaque da cidade Invicta na década de 1820, noticiando os principais acontecimentos nacionais e internacionais, estes últimos na secção de notícias estrangeiras, que tanto pode receber esta designação como pode ser intitulada de acordo com a nação a que a notícia se reporta. De qualquer forma, esta secção é, de todas as contidas neste periódico, a que mais interesse adquire para a nossa investigação, sendo nela que centraremos a nossa atenção. Em relação ao *Correio do Porto*, resta apenas indicar que é nas suas páginas que se pode encontrar um maior volume de informação subordinada ao tema do estudo que realizamos, facto a que decerto não será alheia a abrangência cronológica deste periódico, que de entre os quatro selecionados é o único que cobre todo o período aqui analisado.

Por outra via, o *Astro da Lusitânia*, publicado em Lisboa entre outubro de 1820 e abril de 1823⁶, também ele com tendências liberais, assume-se como uma fonte a considerar no estudo das reações internacionais à revolução liberal portuguesa, pese embora não seja capaz de superar o *Correio do Porto* em matéria de notícias estrangeiras. Contudo, face à divulgação que alcançou, este jornal não deve, de maneira alguma, ser colocado de parte, ainda que a sua consulta tenha sido limitada, dado que apenas tivemos ocasião de aceder aos números que circularam entre abril de 1821 e abril de 1823, em virtude da inexistência dos anteriores, isto é, de todos aqueles que foram publicados entre outubro de 1820 e março de 1821, na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Os periódicos *Diário Nacional*⁷ e *Regeneração de Portugal*⁸ encerram o leque de fontes estudadas no âmbito da presente investigação. Ainda que de menor importância em termos de conteúdos, até pelo reduzido período de circulação que registaram, estes jornais tornam-se relevantes para compreender um pouco melhor o impacto inicial da revolução liberal de 1820 nas potências estrangeiras, permitindo-nos perceber, de forma semelhante, as expectativas dos seus redatores relativamente ao acolhimento das ideias constitucionais no espaço além-fronteiras.

Apresentado o corpo documental que serve de base à redação deste capítulo, urge, por fim, tecer algumas considerações, ainda que necessariamente breves, em

⁵ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo*. In MATTOSO, José (dir.) “História de Portugal”. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1310-3. Vol. 5. p. 58-60.

⁶ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nºs 1-82, outubro de 1820 - abril de 1823.

⁷ *Diário Nacional*. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro e Filhos, nºs 1-9, 24 de agosto de 1820 - 5 de setembro de 1820.

⁸ *Regeneração de Portugal*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nºs 1-8, 18 de setembro de 1820 - 26 de setembro de 1820.

relação às opções metodológicas adotadas para o seu tratamento. Antes de mais, devemos começar por referir que a consulta dos periódicos acima indicados se processou de duas formas distintas, o que significa que a consulta dos documentos se efetuou ora através de consulta presencial, no espaço da Biblioteca Pública Municipal do Porto, ora por via da leitura de alguns números disponíveis em formato digital⁹. De seguida, importa destacar que a leitura dos referidos jornais foi orientada com o intuito de selecionar as informações que se adequassem às exigências levantadas pelas questões de investigação, daí que apenas tivéssemos focado a nossa atenção sobre conteúdos relativos às reações de algumas potências estrangeiras face à situação política verificada em Portugal no triénio 1820-1823. Como tal, todas as notícias que não se enquadraram neste padrão temático tiveram naturalmente de ser preteridas e não passaram a integrar as fichas de leitura elaboradas propositadamente para a sistematização das informações com potencial relevo para a elaboração do presente capítulo. As fichas de leitura a que aqui nos reportamos englobam por isso todas aquelas notícias que dizem respeito ao objeto deste estudo, estando estas devidamente identificadas pelo nome do país ou do acontecimento a que se referem e associadas ao número e respetiva página do jornal em que se encontram.

1. A situação política europeia em 1820

Em 1820, a Europa era um espaço politicamente dominado por regimes absolutistas, não obstante a existência de alguns reinos que constituíam isoladas exceções a esta regra. Ultrapassado o trauma das guerras napoleónicas, uma boa parte dos Estados, incluindo a própria França, viram os seus governos restabelecidos e legitimados pela nova ordem saída do Congresso de Viena, que reprimiu as aspirações jacobinas, herdeiras da própria revolução, promovendo, em seu lugar, o retorno à situação política vivida no período anterior à eclosão e posterior deflagração da tempestade revolucionária. Porém, no decurso do mesmo ano de 1820, uma série de acontecimentos voltou a abalar os alicerces ideológicos do velho continente. Em poucos anos, vários serão os territórios a romper abertamente com o modelo de governação absolutista e a experienciar, nalguns casos de forma inédita, a ascensão de novos regimes, inspirados diretamente nos ideais liberais emanados da Revolução Francesa. À audácia dos novos países constitucionais, nos quais Portugal forçosamente se insere

⁹ Os números consultados em formato digital compreendem a totalidade do periódico *Regeneração de Portugal* e partes do jornal *Correio do Porto*, estas últimas relativas ao período balizado entre setembro e dezembro de 1820 e também ao primeiro semestre de 1822.

desde finais de agosto desse ano, seguindo o precedente aberto pela Espanha, que logo em janeiro impusera ao seu monarca o cumprimento da Constituição de Cádiz¹⁰, contrapõe-se inevitavelmente a resistência das potências do centro e leste da Europa. Na verdade, a Áustria, a Prússia e a Rússia nunca verão com bons olhos a alteração do paradigma político em alguns espaços europeus¹¹, temendo porventura qualquer possibilidade de reacendimento do fogo revolucionário que julgavam ter-se apagado definitivamente com a morte de Napoleão Bonaparte. Além do mais, o sucesso de experiências governativas assentes em bases democráticas poderia sempre gerar algum “risco de contágio”, que em caso algum poderia ser tolerado pelos soberanos destas nações. A própria França, então governada pela restaurada monarquia dos Bourbon, nunca criará empatia com os regimes liberais da Península Ibérica, vindo inclusivamente a contribuir de forma decisiva para a sua queda, três anos depois. De resto, não será de admirar que, entre 1820 e 1822, tenham lugar três grandes conferências internacionais¹², visando discutir eventuais possibilidades de intervenção dos países legitimistas nos assuntos internos dos territórios onde o poder régio cedera boa parte das suas atribuições aos parlamentos. Paradoxalmente, nenhuma das potências que por esta altura formavam a designada Santa Aliança¹³ poderá ser explicitamente responsabilizada pelo fracasso das experiências constitucionais em Espanha e Portugal, países que, cerca de três anos volvidos sobre as revoluções que assinalaram a queda do absolutismo, voltariam a repor as prerrogativas que conferiam aos seus soberanos o protagonismo político que estes, entretanto, haviam perdido.

Neste sentido, o ano de 1820 assinala o começo de uma nova etapa na história europeia, na medida em que representa a ascensão, ainda que efémera, de governos apoiados em princípios liberais¹⁴. O caso português é, pois, um de entre vários exemplos das alterações políticas ocorridas em solo europeu, sendo também por isso um bom marco da oposição que daí em diante se irá gerar entre o liberalismo, uma ideologia nova e que tenderá a acolher a simpatia de um número cada vez maior de Estados até ao final da primeira metade do século, e o absolutismo, cujo modelo de governação se

¹⁰ RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 8ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015. ISBN 978-989-62-6366-9. p. 454.

¹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2922-7. Vol. IX. p. 288.

¹² TORRALBA, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo*. In MATTOSO, José (dir.) “História de Portugal”. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1310-3. Vol. 5. p. 41.

¹³ A Santa Aliança foi, como a própria designação sugere, um acordo diplomático assinado entre a Áustria, a Prússia e a Rússia, no ano de 1815, tendo como objetivo principal a contenção de qualquer movimento revolucionário que pudesse colocar em causa os fundamentos do poder régio de cariz absolutista.

¹⁴ MARTÍNEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986. p. 350.

sentirá progressivamente ameaçado por iniciativas que prometem derrubar alguns dos privilégios fundamentais da sociedade de Antigo Regime, substituindo-os por ideais consagrados em diferentes tipos de textos constitucionais, nos quais, de maneira geral, se procuram garantir os direitos inalienáveis dos cidadãos segundo os padrões da época.

2. A Europa perante a revolução liberal portuguesa

O pronunciamento militar ocorrido na cidade do Porto no verão de 1820, inserido numa vaga de movimentos revolucionários de tendência liberal que tendem a eclodir no continente europeu a partir deste ano, suscitou diferentes tipos de reações entre as principais potências da Europa deste período. Seguidamente, procuraremos analisar mais pormenorizadamente a posição de algumas dessas nações no intervalo cronológico compreendido entre o triunfo da revolução vintista e o golpe contrarrevolucionário da Vila-Francada.

2.1. A reação da Espanha

À entrada para o ano de 1820, a Espanha, à semelhança da grande parte dos países europeus, era uma monarquia de tipo absolutista. O seu rei, Fernando VII, conseguira recuperar o trono depois de ter sido deposto por Napoleão Bonaparte no contexto da Guerra Peninsular¹⁵, exercendo por isso o poder da mesma forma como este lhe havia sido transmitido pelos seus antepassados. Porém, esta conjuntura haveria de alterar-se de forma profunda logo a partir do dia 1 de janeiro, data em que o contingente militar que estava destinado a partir para a América se revoltou em Cádiz, restaurando a Constituição de 1812¹⁶. A partir de então, a nação espanhola enveredou por um rumo político de pendor liberal, do qual só se afastaria anos mais tarde e por influência externa.

A revolução liberal portuguesa foi recebida com natural simpatia, quer por parte do governo, quer por parte da imprensa do reino vizinho. A 28 de agosto de 1820, quatro dias volvidos sobre o pronunciamento militar do Porto, o *Diário Nacional* não poupa elogios aos espanhóis, a quem atribui o mérito de dar o exemplo às restantes nações¹⁷.

¹⁵ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *D. João VI*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009. ISBN 978-972-759-973-8. p. 426.

¹⁶ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *D. João VI*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009. ISBN 978-972-759-973-8. p. 339.

¹⁷ *Diário Nacional*. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro e Filhos, nº 2, 28 de agosto de 1820. Quarta página.

Cerca de um mês depois, é a vez do periódico *Regeneração de Portugal* apelar à aproximação diplomática entre Portugal e Espanha, dois reinos unidos por interesses semelhantes¹⁸. Em resposta, os espanhóis saúdam entusiasticamente a escolha dos portugueses, tal como assinala o *Correio do Porto* num dos seus primeiros números¹⁹.

A cumplicidade luso-espanhola é, pois, tal como acabámos de constatar, favorecida pelos acontecimentos ocorridos no Porto, vindo a acentuar-se nos anos seguintes, até atingir o seu ponto culminante nos começos de 1823, altura em que as ameaças das potências europeias aos regimes ibéricos sobem de tom e se começa a conjeturar a possibilidade de uma invasão do território peninsular. No ano imediatamente posterior à revolução liberal, o *Astro da Lusitânia*, citando o periódico *O Eco*, impresso em Madrid, dá conta da admiração que o regime português provocava em alguns setores da imprensa do reino vizinho, sobretudo pelo facto de nele tomarem parte homens detentores de um autêntico espírito patriótico²⁰.

A partir do segundo semestre de 1821, mas particularmente no decurso de 1822, as ameaças à integridade dos governos ibéricos tornam-se mais sérias e constantes, de tal modo que tanto em Portugal como em Espanha a imprensa não se coíbe de salientar a importância da formação de uma aliança defensiva entre ambas as nações, numa clara tentativa de prevenir os efeitos nefastos de uma incursão estrangeira em solo ibérico²¹. Esta aliança virá mesmo a esboçar-se em finais de 1822, segundo noticia o *Astro da Lusitânia*²², isto depois de ter sido longamente debatida²³ e inclusivamente retificada²⁴. No entanto, o acordo que estabelecia a aliança militar entre os dois reinos nunca chegou a entrar em vigor²⁵, apesar dos esforços feitos nesse sentido²⁶, o que em parte poderá ser explicado pelo rumo dos acontecimentos que precipitaram a invasão

¹⁸ *Regeneração de Portugal*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 3, 20 de setembro de 1820. Primeira página.

¹⁹ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 6, 3 de outubro de 1820. Primeira página.

²⁰ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº CXIII, 5 de abril de 1821. Primeira página.

²¹ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 154, 21 de agosto de 1821. Primeira e segunda páginas.

²² *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 258, 24 de dezembro de 1822. Primeira página.

²³ VIANA, António – *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I. p. 231-232.

²⁴ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 174, 14 de setembro de 1822. Primeira e segunda páginas.

²⁵ VIANA, António – *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I. p. 237.

²⁶ VIANA, António – *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I. p. 267.

do território espanhol na primavera de 1823, mas também pela ligação secular entre Portugal e a Inglaterra, esta última pouco disposta a intervir no conflito²⁷.

O triénio 1820-1823 constitui, pois, um período de excelência no que concerne à realização de experiências políticas de carácter liberal nos países ibéricos. Com efeito, as relações diplomáticas entre Portugal e Espanha tornaram-se bastante intensas durante esses anos, o que também ajuda a compreender melhor a razão pela qual algumas das principais potências estrangeiras entendiam o espaço peninsular como um território politicamente unificado²⁸, não pelo mesmo governo ou debaixo da mesma Coroa, mas sim por uma ideologia comum, que parecia sobrepor-se a qualquer espécie de ressentimento histórico. Desta forma, não será difícil antever o destino de dois regimes que existiram sempre em consonância, desde a sua formação até ao seu colapso.

2.2. A reacção da Inglaterra

Nas primeiras décadas do século XIX, a Inglaterra assumia-se indubitavelmente como a principal potência militar da Europa, condição que detinha praticamente sem contestação desde a derrota definitiva da França napoleónica, em 1815, para a qual tinha sido em grande medida a principal responsável. Em termos políticos, Inglaterra possuía um regime monárquico, nisto se equiparando a grande parte das nações do velho continente, embora este não possuísse o pendor absolutista que o caracterizava em outros espaços já aqui mencionados. Efetivamente, a preponderância ostentada pelo Parlamento torna esta instituição no centro das principais decisões da política interna e externa, sendo aí que se decide, por exemplo, a posição britânica em relação aos regimes liberais da Península Ibérica, ao invés do que se verificava nos países absolutistas, em que o monarca era o último responsável pelos assuntos ligados à governação.

Em finais de agosto de 1820, por altura da eclosão do movimento liberal do Porto, o entendimento diplomático entre Portugal e a Inglaterra estava longe de ser um fenómeno recente. Sem efetuarmos uma abordagem demasiado exaustiva a este assunto, podemos destacar que a aliança luso-britânica, que remonta ao Tratado de Windsor, se manteve em funcionamento ao longo de vários séculos, persistindo até aos

²⁷ RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 8ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015. ISBN 978-989-62-6366-9. p. 473.

²⁸ RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 8ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015. ISBN 978-989-62-6366-9. p. 472.

dias de hoje. Poucos anos antes da revolução vintista, as tropas inglesas haviam mesmo colaborado de forma estreita com as forças portuguesas na expulsão dos exércitos napoleónicos do território nacional, invadido por três vezes entre 1807 e 1810. Posteriormente, o principal responsável pelo contingente britânico em solo luso, marechal William Beresford, passará a integrar o Conselho de Regência, então incumbido de governar o reino em nome do executivo sediado no Rio de Janeiro, dispondo igualmente de amplos poderes sobre o exército português. Por esta via, não deixa de ser curioso que a revolução liberal venha em parte a ser motivada pela liderança deste oficial e pelo combate aos interesses que ele representava.

Na verdade, a revolução portuguesa de 1820 começa por granjear a simpatia britânica, como noticia o *Correio do Porto*²⁹, não obstante a ameaça que a nova ordem política por ela estabelecida podia constituir para a esfera de influência inglesa em solo luso. Esta atitude vai ao encontro das perspetivas dos redatores do *Diário Nacional*, que poucos dias depois do pronunciamento militar ocorrido na cidade Invicta elogiam as virtudes do sistema político inglês, esperando confiadamente o seu apoio à causa liberal³⁰. Todavia, é importante não confundir a empatia inicial da Inglaterra em relação ao novo regime português³¹ com a sua posição no quadro do xadrez internacional ao longo do período compreendido por este estudo. De facto, o gabinete britânico optará sempre por se manter neutral face às ameaças que pairarão sobre a Península Ibérica a partir de meados de 1822, mas sobretudo durante o primeiro semestre de 1823³², não admitindo, portanto, qualquer intervenção armada no território ibérico, senão perante uma hipotética invasão de Portugal pelos exércitos ao serviço da Santa Aliança³³.

Efetivamente, a evolução da conjuntura política portuguesa tenderá a impedir um apoio entusiástico por parte do governo britânico à causa vintista. Menos de um ano volvido sobre a revolução, já um dos periódicos londrinos criticava a atuação das Cortes de Lisboa relativamente às reformas para limitar a riqueza do clero³⁴. Apesar da ligação próxima que existia por esta altura entre os executivos dos dois reinos, Inglaterra, que aconselhou Portugal a enveredar por um rumo menos radical, recomendando-lhe

²⁹ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 6, 3 de outubro de 1820. Primeira página.

³⁰ *Diário Nacional*. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro e Filhos, nº 3, 29 de agosto de 1820. Primeira página.

³¹ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 150, 16 de agosto de 1822. Segunda página.

³² *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 106, 5 de maio de 1823. Quinta página.

³³ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 1, 2 de janeiro de 1823. Segunda página.

³⁴ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 157, 29 de maio de 1821. Primeira página.

inclusivamente um modelo constitucional próximo ao que fora adotado em França³⁵, nunca se mostrou disposta a defender pela via das armas o sistema político peninsular face aos intentos da Santa Aliança³⁶. De facto, até o apoio prometido pelo gabinete britânico ao governo português, na eventualidade do país ser invadido, poderia ser facilmente condicionado se Portugal insistisse em reafirmar a sua aliança militar com Espanha, tal como sugerem as declarações de George Canning³⁷, chefe da diplomacia britânica a partir de setembro de 1822.

Em suma, a reação da Inglaterra à implantação de um regime liberal em terras lusas pauta-se por linhas um tanto ou quanto paradoxais. Em boa verdade, a revolução vintista começa por ser saudada pelos ingleses, mas o rumo da política portuguesa não tardou a desencantar a administração britânica, isto num momento em que os congressos internacionais se inclinavam no sentido de condenar a conduta seguida pelos governos dos países ibéricos³⁸. Dadas as circunstâncias e perante a invasão do território espanhol pelas tropas francesas na primavera de 1823, Inglaterra acabou por enveredar pela via da neutralidade, a única que lhe permitia manter a aliança secular com Portugal sem comprometer simultaneamente as suas relações com as partes beligerantes na Península Ibérica.

2.3. A reação da França

Nos começos da década de 1820, a França, apesar de ter perdido o prestígio militar alcançado anos antes, aquando das campanhas napoleónicas, mantinha um estatuto de potência dominante no coração do continente europeu.

Em 1815, a derrota de Napoleão Bonaparte em Waterloo forçou o exílio daquele que durante algum tempo havia sido o governante mais poderoso da Europa. A sua partida motivou o regresso definitivo ao poder da casa de Bourbon, personificada por Luís XVIII, irmão do monarca executado no decurso da Revolução Francesa e que fora considerado como um dos símbolos do poder absolutista que durante séculos regeu os destinos desta nação. A restauração do regime monárquico em França decorreu, pois, sob o signo do compromisso entre o soberano e os seus súbditos, assinalado pela

³⁵ RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 8ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015. ISBN 978-989-62-6366-9. p. 472.

³⁶ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 82, 7 de abril de 1823. Quarta página.

³⁷ VIANA, António – *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I. p. 329.

³⁸ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo*. In MATTOSO, José (dir.) “História de Portugal”. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1310-3. Vol. 5. p. 58.

outorga de uma carta constitucional. Com isto, a França abdicava dos ideais revolucionários pelos quais tanto se batera no passado, ainda que tal não significasse por si só um retorno ao modelo de governação absolutista. De facto, o Congresso de Viena consagrara o retorno à ordem política vigente no período anterior ao memorável ano de 1789 e foi precisamente nesse contexto, no seio do qual se formou também a Santa Aliança, que se operou a mudança de regime em terras francesas.

A revolução portuguesa de 1820 foi recebida em França no meio de um clima de suspeição, dada a natureza ideológica do movimento iniciado no Porto, o qual parecia incompatibilizar-se com os valores que por esta altura orientavam a conduta do gabinete das Tulherias. O *Correio do Porto*, numa notícia publicada dias depois do golpe revolucionário, chega mesmo a acusar a imprensa francesa de induzir em erro as gazetas estrangeiras acerca dos acontecimentos recentemente ocorridos em Portugal, isto depois de, em plena capital inglesa, se ter levantado a dúvida acerca do sucesso da revolução³⁹.

A posição do governo francês relativamente ao regime liberal que por esta altura conduzia os destinos da nação portuguesa nunca foi, efetivamente, a mais acolhedora. Pese embora as várias garantias de neutralidade apresentadas pelo gabinete das Tulherias ao próprio executivo português⁴⁰, certo é que a postura da França em relação ao sistema político peninsular provocará sempre as maiores incertezas tanto em Espanha como em Portugal. Estes receios vêm a adquirir contornos mais definidos aquando da formação de um cordão sanitário junto aos Pirenéus, no decurso de 1822, composto por milhares de soldados franceses, o qual constituía para muitos partidários da ordem liberal um pretexto para uma futura invasão do território espanhol⁴¹. Como sabemos, esta desconfiança fundamentava-se em bases sólidas, pois será precisamente este contingente que na primavera de 1823 procederá à invasão de Espanha com o intuito de restabelecer o poder absoluto de Fernando VII.

As relações diplomáticas luso-francesas permanecem, no entanto, relativamente estáveis nos primeiros tempos posteriores à revolução liberal, não obstante a demissão do marquês de Marialva⁴², D. Pedro de Meneses Coutinho, então embaixador de Portugal junto da Corte de Paris. Contudo, o aumento dos atritos entre França e Espanha, em grande medida provocados pela criação de um cordão sanitário que reunia

³⁹ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 7, 4 de outubro de 1820. Primeira página.

⁴⁰ VIANA, António — *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I. p. 246.

⁴¹ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 183, 5 de agosto de 1822. Quarta página.

⁴² VIANA, António — *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I. p. 102.

soldados franceses nos Pirenéus, virá também a condicionar de forma decisiva o entendimento existente entre os executivos português e francês. Em fevereiro de 1823, o *Correio do Porto* publica uma carta endereçada pelo deputado Manuel Borges Carneiro ao rei de França, a qual reproduz num tom bastante crítico, ainda que mantendo o registo de cordialidade, a visão de uma boa parte dos políticos portugueses deste período a respeito da posição assumida pelo gabinete das Tulherias em relação ao regime liberal espanhol. Esta carta, da qual transcrevemos alguns excertos mais significativos, atesta simultaneamente a solidariedade portuguesa face ao modelo político seguido em Espanha e a oposição dos vintistas em relação à conduta intervencionista do governo francês, poucos dias depois do rei Luís XVIII ter ordenado a invasão do território espanhol por tropas comandadas pelo duque de Angoulême, seu sobrinho, tendo em vista a preservação da realeza de Fernando VII e dos seus poderes de caráter absoluto, numa tentativa manifesta de voltar a colocar o regime espanhol na órbita dos principais gabinetes europeus⁴³:

Sire: A fala que V. M. acaba de dirigir ao parlamento trata de Espanha de um modo que interessa também a Portugal, que agora corre com ela os mesmos interesses e o mesmo perigo [...]. Eu compreenderei Portugal na mesma denominação de Espanha, como vossas intenções e as dos vossos companheiros o compreendem [...]. Os Portugueses sempre estiveram e estão hoje muito ufanos com a dinastia de Bragança. Porém, os reis só têm legitimidade enquanto mantêm as Constituições porque reinam. [...] Respeite V. Mag. a Constituição de França para que o Deus de S. Luís o guarde e não atente contra a nossa, para que o Deus de Afonso o não castigue⁴⁴.

Na verdade, a missiva de Borges Carneiro a Luís XVIII de França surge poucos meses antes da rutura das próprias relações diplomáticas entre Lisboa e Paris. A 29 de abril, o periódico *Correio do Porto* publica uma manifestação de repúdio face à política francesa, chegando ao ponto de acusar o governo da França de ser inimigo de Portugal⁴⁵. No entanto, o desconforto da imprensa portuguesa em relação à posição seguida pelo gabinete das Tulherias não é apenas ilustrado pelas notícias do *Correio do Porto*. Ainda no mês de janeiro, o *Astro da Lusitânia* denunciava aquilo que, segundo os seus redatores, deveria ser considerado como um atentado cometido contra o

⁴³ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº extraordinário, 13 de fevereiro de 1823. Primeira e segunda páginas.

⁴⁴ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 48, 25 de fevereiro de 1823. Quarta página. A grafia adotada na transcrição do documento foi atualizada segundo as normas do acordo ortográfico em vigor à data da publicação deste estudo.

⁴⁵ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 101, 29 de abril de 1823. Terceira página.

encarregado de negócios de Portugal na Corte de França⁴⁶. Este atentado consistiu na violação da correspondência do diplomata português e na abertura de baús particulares, bem como na imposição de uma taxa sobre as pratas de uso quotidiano. O jornal em questão vai mais longe e acusa o próprio executivo português de não demonstrar firmeza em relação à postura ultrajante da França⁴⁷, solicitando inclusivamente o corte das relações diplomáticas entre os dois países, algo que virá a acontecer em finais de abril de 1823, cerca de duas semanas volvidas sobre a entrada dos exércitos do duque de Angoulême em solo espanhol⁴⁸.

A entrega das credenciais ao embaixador português em França, noticiada pelo *Correio do Porto* em princípios de maio⁴⁹, consoma a rutura diplomática entre ambos os governos. Com efeito, o apoio constante conferido pelo executivo luso ao regime constitucional espanhol deixava antever um lógico afastamento entre os gabinetes de Lisboa e de Paris, tanto mais que na primavera de 1823 eclode uma guerra em território peninsular, opondo o liberalismo espanhol, defendido pelas Cortes e sustentado por Fernando VII, e o realismo francês, representado pelo duque de Angoulême, seguidor da orientação intervencionista de Luís XVIII.

A Vila-Francada veio, todavia, alterar o estado das relações entre Portugal e França cujo entendimento diplomático será reatado pouco tempo depois. Na verdade, a 2 de agosto de 1823, o *Correio do Porto* publicava uma notícia, dando conta da entrega das credenciais por parte do marquês de Marialva ao soberano francês, o qual se congratulava pela mudança do paradigma político em terras portuguesas, confessando-se igualmente impressionado pelo papel que D. João VI lhe atribuía no desenrolar dos acontecimentos que suscitaram a restituição das prerrogativas régias ao monarca português⁵⁰.

2.4. A reação da Santa Aliança

⁴⁶ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 20, 27 de janeiro de 1823. Primeira página.

⁴⁷ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 26, 3 de fevereiro de 1823. Primeira página.

⁴⁸ RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 8ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015. ISBN 978-989-62-6366-9. p. 473.

⁴⁹ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 107, 6 de maio de 1823. Terceira e quarta páginas.

⁵⁰ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 182, 2 de agosto de 1823. Terceira e quarta páginas.

No ano em que a revolução liberal alterou o padrão governativo em Portugal, a Santa Aliança assumia-se, de acordo com a própria designação, como uma das mais poderosas alianças de Estados então constituídas em solo europeu.

Com efeito, a Santa Aliança formara-se, tal como já aqui foi referido, no decurso do ano de 1815, tendo como objetivo primordial a conservação da ordem absolutista anterior à Revolução Francesa⁵¹. Esta aliança era constituída por três das principais potências europeias no final das guerras napoleónicas: a Áustria, a Prússia e a Rússia. Estas nações, regidas por princípios absolutistas, contavam ainda com o apoio explícito da França, o qual se revelará decisivo para o cumprimento dos seus intentos na invasão do território espanhol, poucos anos depois⁵².

Dada a natureza ideológica dos regimes que a compunham, a Santa Aliança nunca encarou com otimismo os acontecimentos ocorridos nos países ibéricos no decorrer do ano de 1820. Face a esta realidade, a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino teve a preocupação de procurar legitimar a revolução no estrangeiro⁵³, nomeadamente através da garantia dos direitos da Casa de Bragança ao trono português, razão que deveria ser suficiente para inviabilizar qualquer pretexto intervencionista por parte dos realistas europeus. Simultaneamente, perante a aparente passividade do executivo sediado no Rio de Janeiro, que parecia preferir aguardar pelo desenrolar dos acontecimentos em solo luso antes de tomar uma posição definitiva relativamente ao rumo seguido pela metrópole⁵⁴, uma parte significativa dos diplomatas portugueses residentes fora do espaço nacional optou pela via da reação, insurgindo-se contra o novo governo liberal e procurando desacreditá-lo junto das cortes estrangeiras. O exemplo mais sonante dessa realidade foi a reunião de um grupo de diplomatas na embaixada portuguesa em Paris, da qual saiu a resolução de enviar o embaixador português em Espanha, D. António de Saldanha da Gama, ao congresso de Laybach, onde este deveria solicitar a intervenção das principais potências europeias, nas quais se incluem inevitavelmente a Áustria, a Prússia e a Rússia, nos assuntos da política interna nacional⁵⁵.

⁵¹ TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) — *O Liberalismo*. In MATTOSO, José (dir.) “História de Portugal”. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1310-3. Vol. 5. p. 41.

⁵² VIANA, António — *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I. p. 20.

⁵³ MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.) — *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2922-7. Vol. IX. p. 288.

⁵⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*. 3ª edição. In “História de Portugal”. Lisboa: Editorial Verbo, 2002. ISBN 972-22-0272-3. Vol. VII. p. 371.

⁵⁵ MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.) — *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2922-7. Vol. IX. p. 289.

A revolução liberal de 1820 esteve assim ameaçada desde os primeiros tempos pelas diligências dos diplomatas portugueses no estrangeiro, os quais, recorde-se, desempenhavam as suas funções em nome do governo do Rio de Janeiro, o único reconhecido formalmente pelas várias nações europeias, na medida em que era liderado pelo próprio monarca, cuja soberania era, à época, plenamente incontestada. O *Correio do Porto* não hesita, pois, em divulgar a posição da comissão encarregada de elucidar as Cortes Constituintes acerca dos assuntos de natureza diplomática face à atitude de alguns dos embaixadores portugueses acusados de dirigirem uma campanha política contra a nova ordem liberal vigente em terras lusas⁵⁶. Porém, apesar das reprovações sugeridas nas páginas do periódico acima nomeado, os diplomatas ao serviço da Coroa portuguesa acabariam por ter uma recepção gentil por parte dos responsáveis do governo das potências realistas aquando da realização do Congresso de Laybach⁵⁷, nos começos de 1821, o que de certa forma atesta a simpatia dos regimes absolutistas europeus pela causa defendida por esses mesmos diplomatas.

As relações diplomáticas de Portugal com a Santa Aliança nunca foram fáceis durante o triénio liberal. À desconfiança das potências que a integravam, contrapunha-se o receio sustentado pelo executivo português relativamente a uma possível interferência destas nações nos assuntos internos nacionais. Perante esta situação, não admira que tanto o *Correio do Porto* como o *Astro da Lusitânia* noticiem com relativa frequência a evolução da posição dos gabinetes austríaco, prussiano e russo em relação à política seguida na Península Ibérica. Contudo, esta posição esteve longe de ser constante durante o período contemplado pelo nosso estudo, oscilando entre uma certa aproximação a uma política de neutralidade e a ameaça concreta de invasão do território peninsular.

Analisando agora um pouco mais de perto a posição de cada uma das potências da Santa Aliança relativamente aos regimes ibéricos, podemos salientar que a Áustria parece ter-se mostrado, durante o período coberto pelo nosso estudo, pouco favorável a qualquer intervenção em solo peninsular, preferindo confiar na possibilidade do executivo espanhol enveredar por uma orientação política de cariz conservador⁵⁸. No que diz respeito à postura adotada pela Prússia, somos levados a admitir, com base nas notícias publicadas nos dois periódicos acima destacados, que esta nação também se inclinava a assumir uma postura de neutralidade, apesar do claro distanciamento em

⁵⁶ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 142, 15 de junho de 1821. Segunda e terceira páginas.

⁵⁷ VIANA, António – *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I. p. 90-91.

⁵⁸ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 273, 18 de novembro de 1822. Terceira página.

relação aos regimes liberais vigentes em Espanha e Portugal. Em rigor, o gabinete prussiano só reconhece o novo regime luso no primeiro semestre de 1822⁵⁹, tendo anteriormente protestado contra as retaliações dos cônsules portugueses destinadas a dificultar as trocas comerciais entre as duas nações⁶⁰. Resta, por fim, tecer algumas considerações necessariamente breves sobre a postura diplomática da Rússia face à política liberal seguida pelos executivos de Lisboa e de Madrid. De facto, o gabinete de S. Petersburgo não se afasta muito da linha de ação traçada pelas outras potências absolutistas, tendendo igualmente a oscilar entre a neutralidade, opção que decerto pode ser justificada pelas dificuldades de organização e financiamento de um exército com capacidade para se deslocar até ao extremo ocidente do continente europeu⁶¹, e a ameaça de tomada de uma resolução mais agressiva em relação aos governos liberais da Península Ibérica, hipótese a que, todavia, manifesta vontade de renunciar, pelo menos empregando os seus próprios meios, sobretudo após as reuniões do Congresso de Verona⁶².

Em jeito de conclusão, podemos reter a ideia de que a Santa Aliança, enquanto coligação de Estados formada para defender os interesses políticos das monarquias absolutistas, nunca viu com bons olhos a alteração do paradigma de governação operada em terras portuguesas a partir de agosto de 1820. Porém, apesar de alguns incidentes diplomáticos relativamente graves que fizeram arrefecer as relações entre Portugal e as potências em questão, levando inclusivamente ao abandono do país por parte dos representantes dos governos de Áustria, Prússia e Rússia⁶³, a tensão entre o regime português e os executivos destas nações nunca se traduziu num conflito aberto que pudesse colocar em causa a integridade territorial do reino luso, um cenário para o qual pode ter contribuído o sucesso do golpe contrarrevolucionário protagonizado pelo infante D. Miguel em Vila Franca de Xira, em fins de maio de 1823.

3. Os EUA perante a revolução liberal portuguesa

⁵⁹ *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 79, 15 de maio de 1822. Primeira página.

⁶⁰ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 74, 21 de dezembro de 1820. Segunda página.

⁶¹ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 79, 28 de dezembro de 1820. Segunda página.

⁶² *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Oficina de J.F.M. de Campos, nº 252, 17 de dezembro de 1822. Primeira página.

⁶³ MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.) – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2922-7. Vol. IX. p. 290.

Consideradas as principais reações europeias à revolução liberal portuguesa, importa agora ter presente qual o posicionamento diplomático dos Estados Unidos da América perante a instauração de um regime liberal em Portugal no final do verão de 1820.

Na verdade, o estudo deste ponto oferece-nos algumas dificuldades prévias, desde logo devido à escassez de notícias publicadas nos periódicos que analisámos. Desta forma, as informações que tivemos oportunidade de recolher provêm essencialmente da obra de Tiago Moreira de Sá, a que já fizemos menção neste capítulo. Será através destes mesmos resultados, articulados com as poucas notícias que o *Correio do Porto* nos fornece para o triénio liberal sobre o qual incide esta investigação, que procuraremos traçar algumas das linhas gerais que definem as relações diplomáticas entre Portugal e os EUA entre finais de 1820 e meados de 1823.

Nos anos inaugurais da década de 1820, os EUA, uma nação recentemente constituída, que partilhava simultaneamente valores liberais e republicanos, aproximando-se da monarquia portuguesa no primeiro aspeto, mas diferindo naturalmente dela no segundo, definiram a sua ação diplomática tendo por base o seu interesse nos assuntos políticos e comerciais dos restantes espaços do continente americano, procurando, por outra via, diluir a influência europeia nestes territórios⁶⁴.

Por conseguinte, as relações luso-americanas foram sempre marcadas, ao longo do triénio liberal, pelas expectativas de reforço da aliança diplomática entre as duas nações, assente em motivações quer de natureza política, quer de natureza económica, mas sobretudo pela forma como o governo dos EUA encarou o regresso da família real portuguesa a Lisboa e a consequente independência do Brasil⁶⁵. Deste modo, torna-se conveniente afirmar que a mudança de regime em Portugal não constitui um ponto de viragem no entendimento diplomático entre os gabinetes do Rio de Janeiro e de Washington⁶⁶, mas antes abre novas perspetivas para a diplomacia lusa, certamente disposta a contar com um mais um aliado firme e respeitável no contexto internacional da época.

Ora, um dos aspetos que ameaçava ensombrar as perspetivas de reforço de aliança diplomática entre Portugal e os EUA era justamente a questão dos corsários às ordens do general Artigas, os quais eram responsáveis por numerosos ataques às embarcações lusas que circulavam junto às regiões costeiras do Império Português na

⁶⁴ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4. p. 122-123.

⁶⁵ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4. p. 120-121.

⁶⁶ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4. p. 118.

América do Sul. Este é, de facto, um dos temas fundamentais relativos à relação luso-americana abordados pelas fontes analisadas no âmbito deste estudo. A 28 de setembro, o *Correio do Porto* dá conta do desconforto causado pelas incursões de Artigas, culpando o governo português pela forma como até então havia lidado com a situação⁶⁷. Não admira, por isso, que uma das preocupações centrais do novo executivo luso seja a resolução deste problema, então encarado como uma questão de política externa, tal como indicia a correspondência entre o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Silvestre Pinheiro Ferreira, e John Quincy Adams, à altura o chefe da diplomacia dos EUA⁶⁸.

A assinatura de um acordo comercial entre Portugal e os EUA revelou-se, efetivamente, como o fio condutor das relações diplomáticas entre ambas as nações, partindo do pressuposto que tal entendimento implicaria a resolução do problema levantado pelos corsários de Artigas, que, depois de armados, partiam dos portos norte-americanos com a aparente conivência dos responsáveis políticos de Washington⁶⁹. No entanto, este acordo, apesar do manifesto interesse de ambas as partes, nunca se viria a concretizar, nomeadamente devido à grande influência exercida por Inglaterra no setor comercial português⁷⁰, a qual dificilmente poderia ser substituída pela de uma nação como os EUA.

No que toca ao regresso da corte portuguesa a Lisboa, iniciado em abril de 1821, e à independência do Brasil, consumada em setembro do ano seguinte, é relativamente fácil depreender que a administração norte-americana encarou com otimismo estas alterações na política imperial lusa, uma vez que a deslocação da família real para o continente europeu representava, em grande medida, um retrocesso no projeto de desenvolvimento do Império Português em terras americanas⁷¹, projeto esse que a independência do território brasileiro inviabilizou por completo, favorecendo deste modo os propósitos enunciados pelo presidente James Monroe. Aliás, o *Correio do Porto* noticia precisamente a determinação de Washington em reconhecer a independência do Brasil, meses antes da sua proclamação oficial pelo príncipe D. Pedro nas margens

⁶⁷ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 2, 28 de setembro de 1820. Segunda página.

⁶⁸ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4. p. 119.

⁶⁹ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4. p. 118.

⁷⁰ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4. p. 121.

⁷¹ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4. p. 120.

do rio Ipiranga⁷², o que atesta de uma forma clara a posição dos EUA relativamente a uma das problemáticas essenciais da política externa portuguesa.

Concluindo, podemos reforçar a tese atrás enunciada, a qual demonstra a natureza das relações diplomáticas entre Portugal e os EUA no decurso do triénio liberal, relações que se pautaram por uma tentativa de aproximação entre as duas nações, um fenómeno que só não se tornou mais expressivo devido a um conjunto de questões para as quais não foi possível alcançar um entendimento satisfatório para ambas as partes.

4. O impacto internacional da Vila-Francada

Analisados os diferentes tipos de reações internacionais à revolução liberal de 1820, resta apenas perceber qual o posicionamento das nações acima elencadas perante a Vila-Francada, esse pronunciamento militar que põe termo à primeira experiência de caráter constitucional em solo luso.

Antes de prosseguirmos, convém, no entanto, destacar que, um pouco à semelhança do que se verificou em relação ao ponto anterior, as fontes estudadas não são particularmente ricas em relação a esta temática. Com efeito, o *Correio do Porto* é o único periódico que abrange a cronologia em questão, isto é, os meses seguintes à Vila-Francada, ocorrida a 27 de maio de 1823. Todavia, mesmo este jornal não destaca com um nível de pormenor assinalável as reações estrangeiras a este acontecimento, que se revela fundamental para o futuro da política portuguesa. De qualquer forma, é possível compreender, com o auxílio de algumas obras fundamentais, os elementos essenciais que caracterizam algumas das mais sonantes reações internacionais ao golpe militar protagonizado pelo infante D. Miguel em Vila Franca de Xira.

No plano geral, a Vila-Francada foi recebida com uma certa expectativa pelas várias nações, tivessem elas uma tradição de governo mais liberal, como no caso espanhol, ou mais próxima ao modelo absolutista, vigente nas potências centrais do continente europeu, membros constituintes da Santa Aliança⁷³.

Em Espanha, a notícia do pronunciamento miguelista encontrou a simpatia da corte de Fernando VII, que voltaria a exercer uma governação de tipo absolutista ainda no decorrer deste ano. Convém recordar que, apesar da ideologia liberal sustentada pelo regime espanhol durante o triénio 1820-1823, o monarca permanecerá fiel aos seus

⁷² *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 125, 28 de maio de 1822. Quarta página.

⁷³ MARTÍNEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986. p. 352.

princípios, daí não causar estranheza que, uma vez restabelecido na totalidade das suas prerrogativas régias, Fernando VII tenda a identificar-se com a mudança governativa operada em Portugal, isto apesar do golpe da Vila-Francada não ter permitido o retorno das instituições políticas do Antigo Regime. Além do mais, Portugal exerceu um papel ativo no combate à facção liberal espanhola que resistia à ocupação francesa, nomeadamente através do envio de duas corvetas destinadas ao isolamento de Cádiz, onde os constitucionalistas se haviam refugiado⁷⁴, uma colaboração que não seria possível se os vintistas tivessem conservado os seus lugares à frente dos destinos da nação portuguesa.

A Vila-Francada colheu também algumas simpatias em Inglaterra, onde o rumo da política lusa, de feição mais radical, era olhado com desconfiança por alguns responsáveis do governo britânico. O *Correio do Porto* assinala mesmo o regozijo que transparece nas páginas de alguns periódicos do Reino Unido, dos quais merecem destaque o *The Courier*⁷⁵ e o *British Monitor*⁷⁶, em relação aos efeitos do golpe liderado pelo infante D. Miguel, o que comprova a tese de que a revolução liberal portuguesa fora sempre olhada com alguma desconfiança até por alguns setores da imprensa inglesa.

Em França, a mudança governativa desencadeada em Portugal facilitou o reatamento das relações diplomáticas entre os executivos de ambas as nações, tal como salienta a notícia do *Correio do Porto*, que destaca os principais momentos do encontro entre o marquês de Marialva, embaixador português em Paris, e o rei Luís XVIII, a quem D. Pedro de Meneses entregou as suas credenciais de diplomata⁷⁷.

Relativamente às potências europeias que integravam a Santa Aliança, a situação não foi muito distinta daquela que se verificou com o governo francês. De facto, depois dos acontecimentos que motivaram a saída dos diplomatas da Áustria, da Prússia e da Rússia do território português, a Vila-Francada permitiu o regresso a Lisboa dos representantes destas nações⁷⁸ e, como tal, possibilitou o alívio da tensão diplomática que se criara durante o triénio liberal.

⁷⁴ MARTÍNEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986. p. 341.

⁷⁵ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 186, 7 de agosto de 1823. Quarta página.

⁷⁶ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 190, 12 de agosto de 1823. Quarta página.

⁷⁷ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa nº 13, nº 182, 2 de agosto de 1823. Terceira e quarta páginas.

⁷⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.) – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2922-7. Vol. IX. p. 290.

Por fim, resta considerar a posição dos EUA perante a mudança governativa suscitada pelos acontecimentos de Vila Franca de Xira. Em relação a este tópico, devemos referir que o executivo norte-americano encarou esta mudança, pelo menos numa fase inicial, com bastante interesse e, de certo modo, também com alguma expectativa, fruto da esperança que ostentava em assinar um acordo comercial com o governo luso⁷⁹. Todavia, apesar de inicialmente confiantes em que a Vila-Francada determinasse uma progressiva aproximação entre os gabinetes dos dois países, ao mesmo tempo que se operava um afastamento, ainda que relativamente ténue, face à Grã-Bretanha, os responsáveis políticos de Washington não tardaram a perceber que não só tal opção estava descartada como a assinatura do acordo comercial assumia contornos cada vez mais elaborados, de tal maneira que o representante norte-americano em Lisboa, Henry Dearborn, manifestou a sua desilusão ao próprio secretário de Estado, solicitando-lhe inclusivamente autorização para abandonar a capital portuguesa⁸⁰.

Em jeito de balanço, é importante ter em conta que a Vila-Francada, em linhas gerais, contribuiu para o retorno da conjuntura diplomática registada nos anos anteriores a 1820, sarando, pelo menos de forma aparente, as feridas abertas pelas políticas levadas a cabo pelo executivo português nos anos em que vigorou o primeiro regime liberal da história do país.

Conclusão

A realização de um trabalho de investigação na área da história deve ter como objetivo fundamental a demanda por resultados que permitam alcançar uma compreensão mais profunda em relação ao tema que lhe serve de ponto de partida.

Por essa via, a nossa pesquisa orientou-se no sentido de procurar responder a um leque de problemáticas de investigação inicialmente delineado, de forma a entender a natureza dos diversos tipos de reações internacionais à revolução liberal portuguesa. No seguimento desta intenção, analisámos quatro periódicos do intervalo cronológico correspondente ao triénio liberal, os quais, de maneira bastante heterogénea, nos elucidaram acerca da posição de diferentes nações face à implantação do primeiro regime liberal em terras lusas. Em boa verdade, o tratamento das fontes possibilitou,

⁷⁹ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4. p. 132.

⁸⁰ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4. p. 132-133.

por si só, a definição das principais linhas de força das relações diplomáticas de Portugal com as mais destacadas potências europeias da época, apesar de tal não se verificar em relação aos Estados Unidos da América. Perante esta situação, tornou-se indispensável a consulta das obras previamente citadas, algumas das quais verdadeiramente nucleares para o estudo desta temática.

O principal contributo deste trabalho não é, pois, a descoberta de uma qualquer realidade descurada pela bibliografia existente sobre o tema, tarefa árdua, aliás, tendo em conta o âmbito deste projeto, mas antes a divulgação de elementos originais, que, por meio das fontes, nos permitiram reconstituir os pontos essenciais das relações entre Portugal e algumas das nações com maior destaque no quadro político internacional na década de 1820.

O trabalho de investigação que apresentamos limita-se, tal como já tivemos ocasião de realçar, a um âmbito concreto, pelo que não encerra a possibilidade de ser ampliado, ora através da consulta de outros tipos de fontes, não se circunscrevendo apenas à imprensa periódica, ora através do alargamento do rol de hipóteses de investigação, abordando, nesta medida, a reação de outros territórios ao triunfo da ordem liberal em solo nacional no período em questão. Apesar disso, na eventualidade de quisermos restringir o corpo documental a fontes hemerográficas, é igualmente possível traçar um percurso de investigação semelhante, mas recorrendo a outros títulos da imprensa vintista, que decerto nos podem fornecer novas leituras acerca das problemáticas selecionadas, enriquecendo, deste modo, o próprio trabalho, ao mesmo tempo que o dotam de um alcance mais significativo.

Fontes

Astro da Lusitânia. Lisboa: Oficina de J. M. de Campos, n.ºs CXIII-76, 5 de abril de 1821 – 8 de abril de 1823.

Correio do Porto. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa n.º 13, n. 1-207, 27 de setembro de 1820 – 31 de agosto de 1823.

Diário Nacional. Porto: Tipografia da viúva Alvarez Ribeiro e Filhos, n.ºs 1-9, 24 de agosto de 1820 – 5 de setembro de 1820.

Regeneração de Portugal. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa n.º 13, n.ºs 1-8, 18 de setembro de 1820 – 26 de setembro de 1820.

Bibliografia

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-2922-7. Vol. IX.

MARTÍNEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores – *D. João VI*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009. ISBN 978-972-759-973-8.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 8ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015. ISBN 978-989-62-6366-9.

SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016. ISBN 978-972-20-5937-4.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*. 3ª edição. In “História de Portugal”. Lisboa: Editorial Verbo, 2002. ISBN 972-22-0272-3. Vol. VII.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo*. In MATTOSO, José (dir.) “História de Portugal”. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1310-3. Vol. 5.

VIANA, António – *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*. In “Apontamentos para a História Diplomática Contemporânea”. Lisboa: Livraria Ferin, 1901. Vol. I.